

3. Participação: limites e possibilidades

Jampaulo Júnior (2007) explica que, mesmo que a Carta Magna relacione a qualidade de vida apenas¹²⁴ ao meio ambiente, ela está associada ao direito à vida, que é um direito fundamental relacionado à dignidade humana. Para ele, o binômio vida-dignidade “(...) só pode ter sentido de validade, se a ele se acrescentar o vocábulo qualidade (propriedade, excelência, virtude)” (p.40). Assim, o autor acrescenta que esse binômio apenas será capaz de atender a sua finalidade constitucional se for entendido como qualidade de vida.

No entanto, tal fator só poderá ser assegurado à medida que cresçam os níveis de participação e influência dos grupos, como sujeitos detentores de poder político e de mecanismos para negociar com os atores da gestão, no sentido de mitigar os transtornos ao ambiente e aos corpos.

Para isso, o homem deve ser capaz de escolher e levar o tipo de vida que valoriza, ou seja, deve exercer sua liberdade e sua condição de agente. Essas liberdades, chamadas por Sen (1999, 2010) de “substantivas”, incluem uma miríade de direitos sociais e políticos fundamentais para que se possa dizer que um indivíduo seja livre.

Tais liberdades são capacidades que podem ser aumentadas pela política pública. Igualmente, por outro lado, “a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo” (p.33). O autor acredita que essa relação, que ele chama “de mão dupla” seja central na discussão que ele trata sobre o desenvolvimento, como expansão das liberdades individuais e coletivas, para além da análise do crescimento econômico de um País.

¹²⁴ Na Constituição Federal de 1988 é mencionado o termo ‘qualidade de vida’ apenas no artigo 225º que dispõe sobre o direito dos cidadãos de viver em meio ambiente aprazível ao seu bem estar bem como no §1º inciso V, sobre o dever que cabe ao poder público em “(...) controlar produção, métodos ou substâncias que representem risco para a qualidade de vida e para o meio ambiente”, conforme discutido no capítulo 1, subseção 1.3.4.;

Nesse sentido, a condição de agente de cada um é para o autor “\(...) inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos” (p. 10, 11).

De acordo com Souza (2006), não deve ser atribuído aos instrumentos, às técnicas e às rotinas a responsabilidade de instaurar maior justiça social ou a criação de condições de qualidade de vida como se essas dependessem primeiramente e exclusivamente desses canais (p.33). Assim é necessário ultrapassar a ideia de que a participação política da população está em ‘ir às urnas, apenas’.

A participação através da fiscalização e interferência do povo é hoje um dos elementos fundamentais para retirar a população de uma postura de tutela, como chama o autor, segundo para colocar os representantes no lugar aos quais eles pertencem – de representantes dos cidadãos, portanto devem ouvi-los.

O empoderamento é essencial para que os indivíduos possam ser vistos “como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios” (p. 11) ou dos malefícios, como é o caso dos problemas causados pela ETR Ciclus ambiental, em Honório Gurgel.

Nesse sentido, o presente capítulo objetiva apresentar a percepção dos atingidos pelo funcionamento da Ciclus, a fim de compreender como os moradores do bairro percebem sua qualidade de vida e o seu poder de participação, frente à atividade da ETR.

3.1.

O empírico: abordagem sobre os limites e silêncios

O discurso da administração pública, no caso dos problemas da Ciclus em Honório Gurgel, busca validade nos projetos definidos nas políticas públicas. Diante da comprovação de que há equívoco no estabelecimento espacial desses projetos, existem outras formas de manutenção do discurso, como as posturas tecnicistas de cunho autoritária, que expõe a falta de vontade política em buscar diálogo com a sociedade civil.

A autonomia como projeto relacionado ao exercício da condição de sujeito que define com liberdade suas escolhas com condições de diferenciar seus desejos dos desejos dos demais, reduzindo através do seu próprio discurso a opressão vinda do discurso de outrem, se opõe ao exercício da heteronomia presente na sociedade atual, onde os indivíduos e o coletivo utilizam ainda como discurso o que foi instituído por outros.

É fundamental que ao longo da presente seção, seja possível considerar as reflexões em torno de um projeto da autonomia, frente aos limites apresentados ao longo do presente trabalho e nos momentos do levantamento empírico. Tais limites representam a heteronomia nos discursos técnicos e políticos que resultam nos limites da participação popular.

Autonomia significa dar-se a si sua própria lei, ao invés de recebê-la por imposição (2006). O autor trás para sua discussão a ideia preconizada na reflexão de Castoriadis (1982). Para esse autor, um sujeito autônomo é aquele que sabe concluir o que é verdadeiro e o que é seu desejo, porque ele próprio formulou o que é desejável para si.

A partir daí, surge outra relação com o discurso do outro (p.126). O discurso do outro não é eliminado, mas posto em contraponto com o meu discurso. Na autonomia, o discurso do outro é sempre analisado quanto a sua qualidade. Se o discurso do outro domina nosso imaginário e nossos desejos, o que existe é a heteronomia. Ao longo do capítulo, trataremos com maior atenção da questão da autonomia.

Uma sociedade heterônoma, como a que existe na sociedade atual é aquela dominada através do imaginário por um discurso que formula para os indivíduos, tanto sua realidade, quanto seu desejo. A sustentação desse discurso é fundamental na manutenção do status cor, pois o indivíduo adota no seu imaginário um discurso formulado por determinado grupo detentor das ordens política, econômica e social.

O “não se perceber” quanto cidadão, cuja coesão coletiva seja capaz de mudar a forma como uma empresa vai se comportar no território, a sensação de

insegurança e a já elencada descrença nas representações políticas, atrapalham a visão cidadã limitando sua ação e preservando o indivíduo no horizonte da heteronomia em relação ao entendimento das questões que o cercam.

Souza (2003) acredita que quando o cidadão participa de uma decisão, ele se sente muito mais responsável pelo resultado, seja ele para o bem ou para o mal, já que a coletividade tem tanto o poder de tomar decisões corretas, quanto equivocadas. É importante que esse processo seja considerado sob o ângulo do amadurecimento político da população e no aumento de seu senso de responsabilidade e cuidado para com as decisões políticas, das quais ele seria parte integrante.

O autor traz essa reflexão para reforçar o caráter inalienável da participação. Abrir mão do direito de participar para ele significa infantiliza-se como cidadão, colocando-se “(...) numa posição de tutela, como uma criança perante um adulto” (p. 334).

Nas áreas suburbanas da cidade, como Honório Gurgel, a problemática está para além de abrir mão desse direito por não querer assumi-lo, embora também exista isto enquanto fato.

Já discutimos aqui a falta de uma cultura de participação política, que tem em suas raízes as relações patrimonialistas, clientelistas entre os representantes políticos e a sociedade civil, os problemas para se adequar às novas demandas do processo democrático dentro dos movimentos sociais, além de outros problemas não elencados nesse trabalho, como a precariedade que o sistema educacional brasileiro vem sofrendo, que o torna frágil inclusive na formação de cidadãos. No contexto atual do bairro, questões como as que veremos a seguir se sobrepõe ao vislumbre da participação política.

Tais limites influenciaram diretamente as possibilidades de realização dos levantamentos de campo, tanto relacionadas a um dos fatores responsáveis por mensurar qualidade de vida que mais demarcam a dinâmica espacial, que é a segurança pública, quanto a liberdade política sentida na prática pelos moradores, bem como as chances de participação que tem e que acreditam ter os moradores

do bairro. Tais limites resultaram no baixo contingente de pessoas dispostas a expor os relatos sobre a Ciclus em seu cotidiano.

A primeira tentativa de abordagem consistiu em casas de moradores do ‘Parque São Luiz’, para explicar o objetivo do trabalho e a importância do depoimento dos moradores. A abordagem não obteve sucesso¹²⁵.

Apenas três moradores atenderam em seus portões, e alegaram não ter interesse de participar de nenhuma pesquisa, mesmo após a explicação de que se tratava de um trabalho acadêmico, que tinha como foco a percepção dos moradores sobre qualidade de vida no bairro e em relação a Ciclus. Os outros se negaram, inclusive, a atender nos seus portões, alegando estar ocupados. Algumas residências pareciam não contar com a presença do morador no momento.

Para compreender a primeira negativa dos moradores, é necessário recorrer a uma breve explicação sobre um outro problema pulsante em Honório Gurgel e região: a violência. A questão da segurança pública também nunca foi alvo de atenção no local. Cano (1997) *apud* Souza (2008) explicam que, “(...) em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial numa cidade que já possui muitas” (p.52).

Desde o advento das instalações das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), a partir do ano de 2008, pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro nas comunidades localizadas, principalmente, nas Zonas Sul, Centro, região da Grande Tijuca, tem ocorrido intensa migração de integrantes de facções narcotraficantes para bairros da Zona Norte suburbana, limítrofes à Baixada Fluminense, assim como para os municípios da Baixada e outros da Região Metropolitana, como Niterói e São Gonçalo.

Andrada (2010) explica que uma das questões mais polêmicas nas instalações das UPPs é o fato de geralmente não serem registrados confrontos. Na grande maioria das UPPs, com exceção do Morro do Turano, na Tijuca, foram registradas ocupações sem confronto.

¹²⁵ A primeira tentativa de abordagem foi feita em cerca de quinze residências no dia vinte e dois de fevereiro de 2015;

A pergunta que costuma ser feita é: os traficantes vão para uma outra área? Com os acontecimentos de 2010 no Complexo do Alemão parece que a resposta foi dada. Sim. Grande parte dos traficantes que chefiavam outros morros pediram abrigo no Complexo do Alemão, transformando a área em uma verdadeira fortaleza do tráfico. Centenas de homens e fuzis faziam a proteção. Estimativas colocavam como, aproximadamente, 800 homens. A cena filmada por uma rede de televisão que mostrava mais de 50 homens fugindo da Vila Cruzeiro em direção ao Alemão impressionava. Não haver confronto é sempre bom, pois no confronto sofrem os moradores, o policial e o próprio bandido que acaba morto, e morte nunca é uma coisa interessante, até mesmo para os números da cidade. Não havendo confronto esses bandidos vão deslocar-se, pelo menos a maioria, deixando em paz a comunidade abandonada. (ANDRADA, 2010).

Não haver confrontos violentos é sempre bom, mas permitir o cerceamento da liberdade e o aumento da insegurança e do medo entre habitantes de outras regiões da cidade têm se mostrado um caminho equivocado. As pessoas vivem intimidadas pelos episódios violentos que aumentam a cada dia, agregando incertezas em relação a sua segurança e a de seus familiares nessas regiões. Aliado a isto, a valorização de um projeto de segurança pública que não caminha contando com igual força do aparato social e educacional, já tem demonstrado sinais de vulnerabilidade.

Não se trata aqui da pura e simples crítica à política do Estado, mas a forma como a gestão dessas políticas públicas ocorridas pela metade, sem o apoio efeito das políticas sociais e de forma duvidosa, dando margem a inúmeros episódios de corrupção de agentes e líderes da corporação, abusos de poder, a forma de preparo dos militares dissociada da realidade das comunidades¹²⁶ e violência contra a população e os policiais, têm degradado a qualidade de vida tanto de contemplados pelas UPPs, quanto dos ainda negligenciados histórica e espacialmente do foco de efetivas políticas de segurança.

Somado a esse contexto, desde o dia 02 de outubro de 2014, as comunidades Proença Rosa e Mundial, no bairro Honório Gurgel, foram invadidas pelo grupo integrante da facção “Amigos dos Amigos” (ADA), expulsando os

¹²⁶ Discussão sobre formação policial em Miranda (2008): Dilemas da formação policial: Treinamento, profissionalização e mediação e Lima (1997): Direitos civis, Estado de direito e “cultura policial”: a formação do policial em questão;

antigos controladores do tráfico na área, os membros da facção “Comando Vermelho” (CV)¹²⁷.

Na tentativa de retomar o poder na área, integrantes do CV, investem contra a facção ADA, o que resulta em intensa troca de tiros, ainda sem sucesso para os antigos controladores da área, tendo como saldo, inúmeras mortes de envolvidos com o crime¹²⁸, chamando a atenção para a ocorrência de operações policiais na área, onde também deflagram confrontos e pondo em risco a segurança dos moradores das comunidades e os do chamado “asfalto”, já que, muitas vezes, eles circulam livremente fora do ambiente das vielas da comunidade.

A facção ADA ainda invadiu, em janeiro de 2015, a comunidade Jorge Turco, que abrange os bairros Rocha Miranda e Coelho Neto e fica localizada muito próxima ao bairro Honório Gurgel¹²⁹, aumentando ainda mais a tensão na região¹³⁰.

Se a população habitante das favelas e do asfalto em Honório Gurgel é constantemente amedrontada pelos confrontos entre criminosos e entre esses e policiais, ou seja, estão como explica Souza (2008) acuadas entre o Estado, presente por meio da polícia e os traficantes armados ou grupos de extermínio, e se todos esses ‘aparatos e figuras’ colaboraram na disseminação de valores patriarcais, autoritários e de culto a violência, como será possível pensar que seja, em uma postura ou prática participativa? (p. 110)

¹²⁷ <http://www.guadalupenews.info/2014/10/traficante-playboy-ada-manda-recado.html?showComment=1412843958195>. Acesso em 01/04/2015. Publicado em 08/04/2014;

¹²⁸ <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/10/20/traficantes-invadem-piscina-de-vila-olimpica-no-rio.htm>. Publicado dia 20/10/2014. Acesso em 01/04/2015;

¹²⁹ A época dessa primeira abordagem foi próxima ao fim do mês de fevereiro, poucos dias depois de duas ocorrências registradas na região em um mesmo dia. Uma delas ocorreu na comunidade da Palmeirinha, que abrange parte dos bairros de Honório Gurgel e Guadalupe e resultou em dois jovens baleados por policiais sob suposta suspeita de serem oleiros do tráfico. Um deles acabou morto. Na comunidade do Jorge Turco, houve uma intensa troca de tiros entre policiais e integrantes do tráfico, o que resultou na morte de cinco pessoas. Além disso, o reservatório da CEDAE, que fica no alto do morro, foi atingido causando um vazamento de grande quantidade de água e interrompendo o fornecimento do serviço temporariamente¹²⁹. Ainda no mesmo dia, houve confronto não registrado entre as facções, mas relatado pelos moradores nas comunidades Proença Rosa e Mundial, em Honório Gurgel;

¹³⁰ <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-02-10/criminoso-sem-braco-e-apontado-como-chefe-no-morro-do-jorge-tuco.html>. Publicado em 10/02/105. Acesso em 01/04/2015;

Nesse sentido, o cenário violento que domina a região explica em parte o silêncio dos moradores em relação a quaisquer assuntos. De forma específica, a falta de união e a sensação de não estar se fazendo um bom negócio quando se luta contra o projeto realizado pela vontade política, dão o tom das dificuldades encontradas no levantamento empírico.

A partir daí, as formas buscadas para abordagem de moradores, se fizeram através do descobrimento da página SOS Coelho Neto, na rede social *Facebook*, em fevereiro de 2015. A página foi criada para denunciar os impactos negativos causados pela Ciclus. Mais informações sobre a finalidade da página serão discutidas a seguir.

Foram feitas também tentativas de abordar moradores através de conhecidos da autora do presente trabalho na região. Mesmo os conhecidos chegaram a hesitar em contribuir buscando moradores. Há de fato um clima de silêncio em relação a falar de quaisquer tensões.

Foi procurada também a família que deu um importante depoimento preliminar sobre os problemas causados pela Ciclus em 2013, sem sucesso. Em nenhuma das ocasiões de tentativa de contato, a família retornou com quaisquer respostas. Por conta disso, compreendeu-se que esta estaria ausente do bairro.

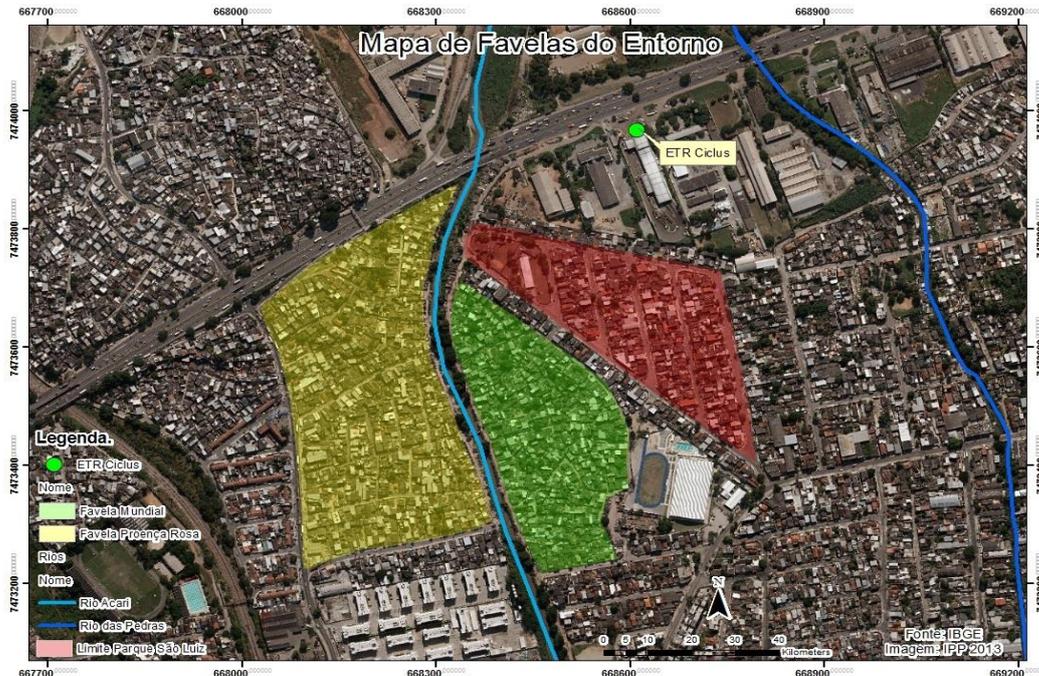
A abordagem que se mostrou ‘mais eficaz’ (embora tenha tido a adesão de poucas pessoas), foi a realizada através da rede social *Facebook*¹³¹ que, embora se trate de uma forma de abordagem ‘impessoal’, foi a maneira que estabeleceu pontes para depoimentos importantes, inclusive de dois dos habitantes envolvidos no “movimento não organizado de moradores e vizinhos”, o qual chamei de “grupo que resiste” contra a Ciclus.

A maioria das pessoas abordadas nas redes sociais aceitava, inicialmente, e logo após retornavam com respostas negativas. Outras se negavam logo na primeira abordagem a dar seu depoimento. A alegação de alguns seria de que nada adiantaria dar depoimentos ou produzir trabalhos, se as pessoas afetadas e que deveriam se unir, não se mobilizam e agem de acordo com seus próprios. Ou seja,

¹³¹ Abordagens feitas via rede social entre os dias 18 e 27 de Fevereiro de 2015;

os silenciamentos gerados pela violência explícita afetavam diretamente os que mais precisavam expor suas questões. O mapa abaixo evidencia a proximidade da área de estudo de pelo menos duas comunidades que têm protagonizado episódios violentos.

Mapa 12: Favelas localizadas nas proximidades da ETR Ciclus.



Fonte: Elaborado por Teixeira (2015)

3.1.1. Metodologia e seus limites

A metodologia consistiu que o levantamento contasse com o caráter quantitativo e qualitativo. O escopo quantitativo se justifica em determinantes dentro dessas características sociais que deveriam ser passíveis de ser quantificados para dar conformidade mensurável à pesquisa.

Acreditava-se que uma grande quantidade deles aceitaria expor suas questões sobre a pesquisa, principalmente antes dos episódios violentos no bairro. A impossibilidade de conseguir mais pessoas deu um caráter mais qualitativo à pesquisa, porque a análise da problemática de um grupo social atingido pela ressignificação de determinado uso espacial passou a ser o foco da investigação.

Apenas quatro pessoas aceitaram participar do levantamento inicialmente. A partir delas, tive acesso a mais cinco pessoas que também se mostraram prontamente dispostas a participar das pesquisas. Destas outras cinco, duas foram entrevistadas. Uma se recusou, alegando problemas psicológicos. No mesmo dia, outras duas se recusaram e na ocasião, alegaram “motivos políticos”. Portanto, o total de entrevistados foi o de seis pessoas.

Ainda relacionado aos limites da investigação, para conseguir o depoimento de dois dos entrevistados, foi necessário entrevistá-los fora do seu ambiente residencial. Ambos se recusaram a preencher o questionário no seu local de residência. Um dos entrevistados solicitou que fosse entrevistado na área comum de um prédio onde vivem parentes e conhecidos, próximos de sua residência, mas não em sua residência própria.

Uma outra entrevistada, somente aceitou ser entrevistada na Vila Olímpica Felix Mieli Venerando, a Vila Olímpica de Honório Gurgel. O local possui vinte e nove atividades esportivas e de lazer e atende cerca de quatro mil pessoas. Passam por lá todos os dias centenas de moradores do bairro, inclusive os moradores próximos à ETR e afetados pela ação da empresa.

Houve tentativa de um dos responsáveis pela portaria de proibir o preenchimento do questionário no local, sob alegação de que não havia autorização para aquele tipo de procedimento. Indagado sobre como fazer para obter autorização e qual a pessoa responsável pela concessão da mesma, ele não soube ou não quis informar dias e horários em que fosse possível encontrar o responsável e nem sequer o nome do mesmo. O funcionário somente autorizou o preenchimento do documento no local, após a entrevistada informar que conhecia a responsável pela Vila Olímpica.

Ao fim do preenchimento do questionário, pela moradora, o funcionário solicitou que não fosse feita nenhuma tentativa de abordar outras pessoas no local, pois tal procedimento não seria permitido.

3.1.2. O quantitativo e o qualitativo em questão

Dessa forma, a pesquisa agregou dados quantitativos, pois privilegiou a aplicação de questionário, com perguntas de múltipla escolha e discursivas. O questionário objetivou a coleta de dados mediante condições de controle, que estão estabelecidos pelas questões (POLIT 2004, apud SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009, p.34), além de estar buscando, com as perguntas múltipla escolha, respostas traduzidas de forma estatística o que não deixa de ser uma característica de uma pesquisa quantitativa.

Mesmo buscando controle nas respostas dos entrevistados, as perguntas discursivas tinham por finalidade entender como se percebiam quanto indivíduos diante da problemática em tela.

O objetivo em obter a percepção dos entrevistados na coleta, acrescida dos depoimentos espontâneos, principalmente de dois moradores na parte do questionário, foram importantes, pois auxiliaram no maior entendimento sobre quem era o “grupo que resiste”.

Dessa forma, a ênfase ao subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências (SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009, p. 34), deram a pesquisa caráter qualitativo. Para Silva & Mendes (2013), a pesquisa qualitativa está baseada na compreensão e na interpretação dos fenômenos, partindo de valores, crenças, representações, percepções e atitudes: “nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa”. (p.207)

Na presente subseção, o objetivo é apresentar e discutir os resultados quantitativos do questionário aplicado a alguns moradores, especialmente as respostas de múltipla escolha, com a finalidade de entender o que eles percebem sobre as condições de qualidade de vida, possibilidades e efeitos da participação popular em relação ao bairro e à consolidação da ETR Ciclus.

Conforme já especificado, a forma escolhida para levantamento foi a aplicação de questionário fechado. Alguns moradores, em especial, dois mais indignados com a situação em tela, emitiram diversas falas que não seriam

possíveis apenas dentro do universo mais controlado dos questionários fechados. Essas falas foram de grande valor e serão apresentadas e discutidas ao longo dos dois próximos subcapítulos.

O questionário confeccionado é composto por quinze perguntas. Nove perguntas eram de múltipla escolha e seis discursivas¹³². As questões foram divididas em dois blocos. O primeiro bloco (B) fazia referência às condições de qualidade de vida gerais no bairro.

Para a elaboração desse bloco de questões foram utilizadas as facetas pertencentes ao domínio ambiente, definidos pelo grupo de Psiquiatria e Medicina legal, integrante da divisão de saúde mental da OMS, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste bloco, constam as sete primeiras questões objetivas.

O segundo bloco de questões (C) foi elaborado a partir da necessidade de perceber, como se veem os moradores diante da ETR e como eles percebem suas possibilidades de participação frente a atuação da mesma, afim de mensurar o que realmente pensam e sentem sobre os problemas causados pela empresa. No presente bloco, constam as perguntas discursivas e as últimas duas questões objetivas. O bloco (A) é referente aos dados gerais dos entrevistados¹³³.

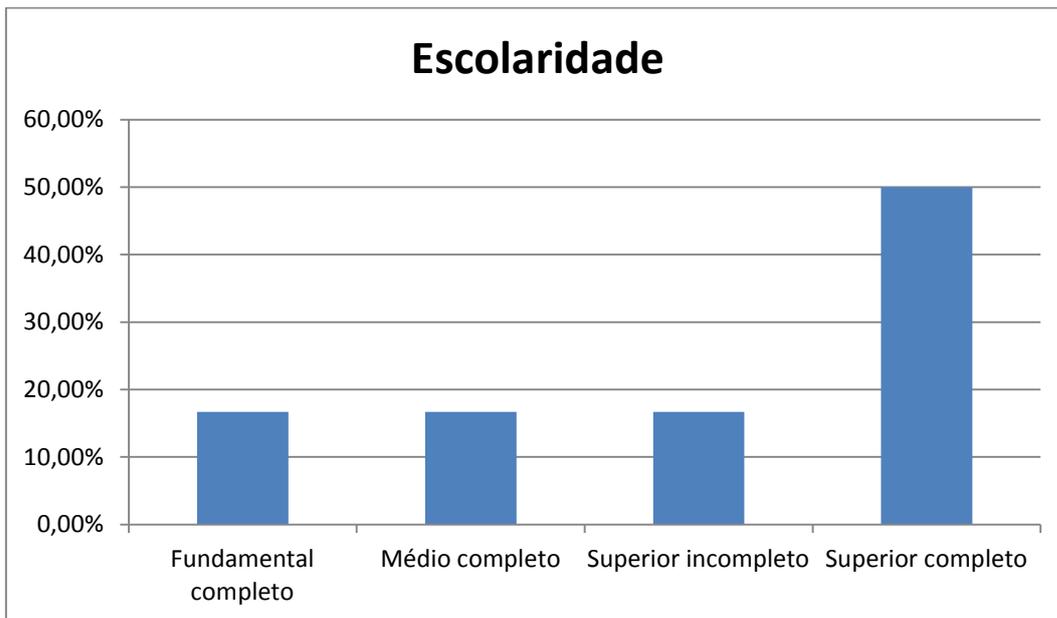
3.1.2.1. Aspectos gerais dos entrevistados

Os entrevistados têm idades entre 40 e 76 anos. Metade dos participantes são do sexo feminino e a outra metade compõe o sexo masculino. 50% possuem o Ensino Superior completo, sendo em sua maioria, mulheres. Os outros 50% se dividem entre Ensino Superior incompleto, Ensino Médio completo e Ensino Fundamental completo. Apenas um entrevistado é solteiro.

¹³²As cinco perguntas discursivas estão elencadas no bloco (C), sobre a Ciclus no bairro

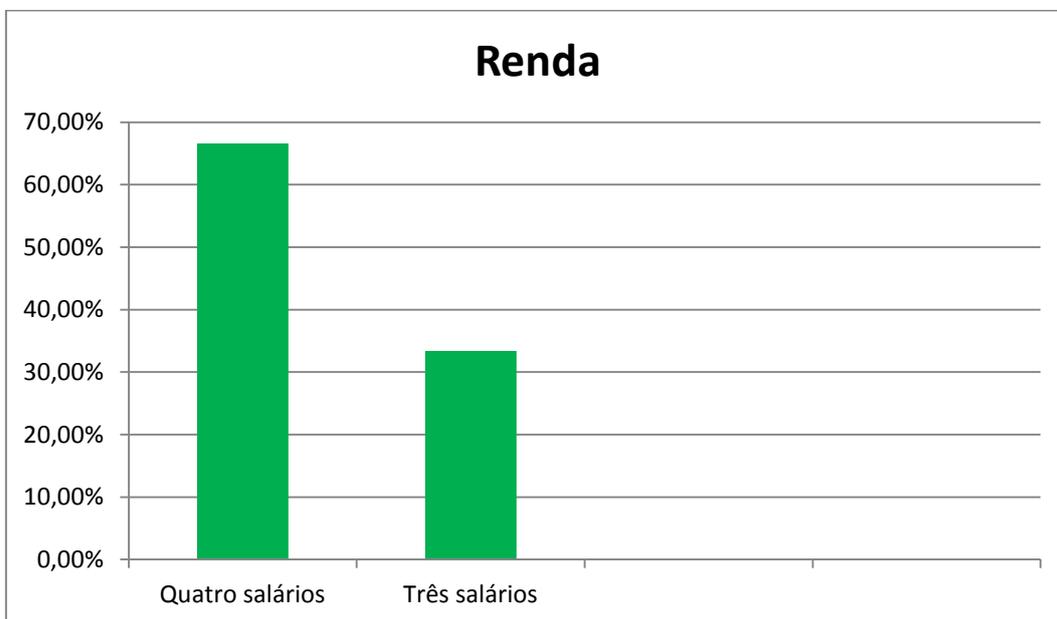
¹³³ O Bloco (A) Conta com dados pessoais do entrevistado como idade, grau de escolaridade, profissão, estado civil e renda familiar;

Gráfico 1: Grau de escolaridade dos entrevistados.



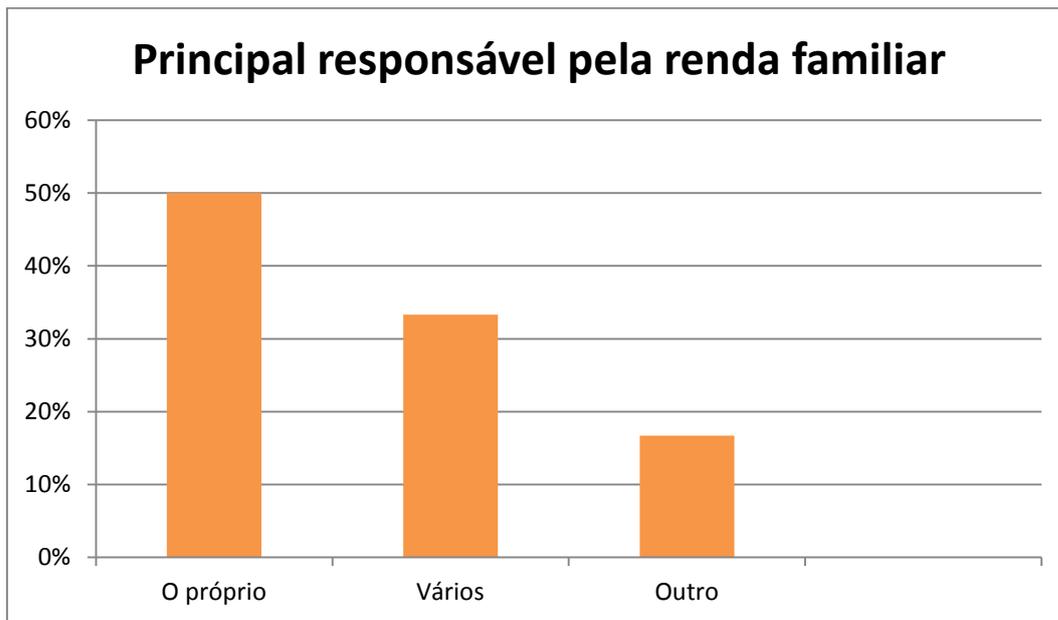
Fonte: A autora (2015).

Gráfico 2: nível de renda dos entrevistados.



Fonte: A autora (2015)

Gráfico 3: Principal responsável pela renda familiar.



Fonte: A autora (2015)

Sobre a renda familiar, metade dos entrevistados são os responsáveis principais. Dentro do outro universo, 33,3% pessoas informaram que os vários componentes familiares presentes na casa compõem a renda com valores equivalentes. Os moradores vivem em média com quatro pessoas na mesma residência.

Sen (2010, 1999) explica que bem-estar não pode ser mensurado apenas através das rendas e das mercadorias, mas também a circunstâncias pessoais e sociais. O autor explica que, é possível e fácil identificar “pelo menos fontes distintas de variação entre as nossas rendas reais e as vantagens – o bem-estar e a liberdade – que delas obtemos”. (p.98)

3.1.2.2. Qualidade de vida no bairro

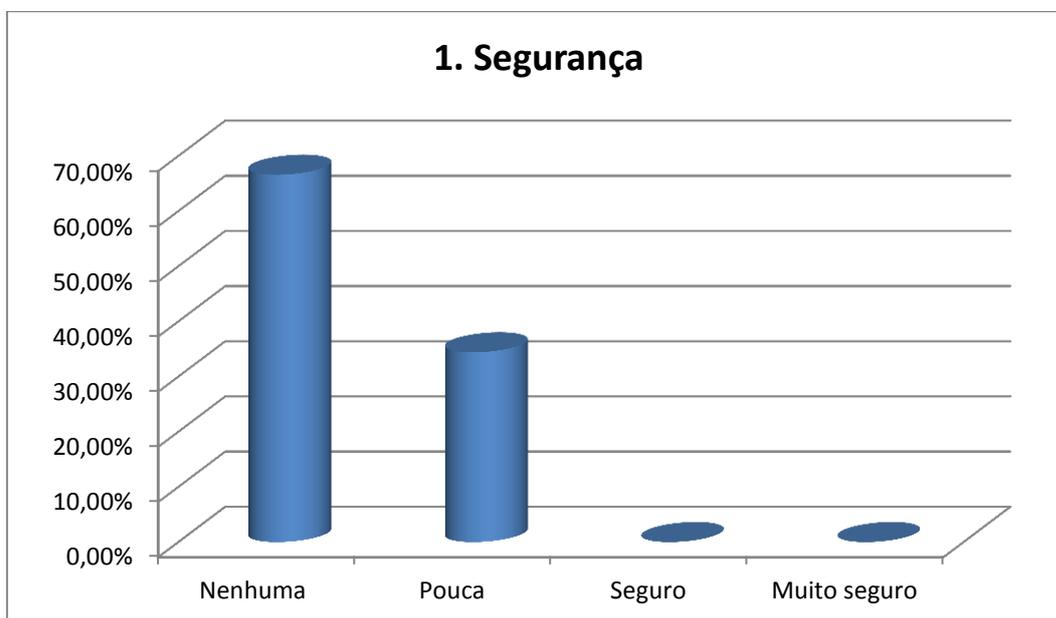
As sete primeiras questões objetivas foram elaboradas no sentido de mensurar a existência de elementos que efetivassem condições de qualidade de vida em Honório Gurgel.

As seis primeiras perguntas contavam com alternativas de um até quatro, onde um significa “péssimo ou pouco” e quatro significa “muito satisfatórias”. A partir

das respostas, foram mensuradas as porcentagens e construídos os gráficos, de forma a traduzir o percentual das respostas para as questões, a saber:

1. O que você percebe no local em relação às condições de segurança?
2. Sobre as condições básicas de conforto no ambiente do seu lar, você as define como...;
3. Sobre os serviços sociais, como creches, escolas e Hospitais, você diria que a quantidade e qualidade desses serviços no bairro onde você vive são...;
4. Sobre a oportunidade de alcançar novas habilidades e qualificações através de cursos e capacitações educacionais no local, as ofertas são...;
5. As oportunidades e as ofertas de locais para recreação e lazer são...;
6. O que você percebe nas condições do meio ambiente do bairro; em relação a elementos como poluição, a presença de ruídos, a quantidade de áreas verdes, congestionamento e o clima?

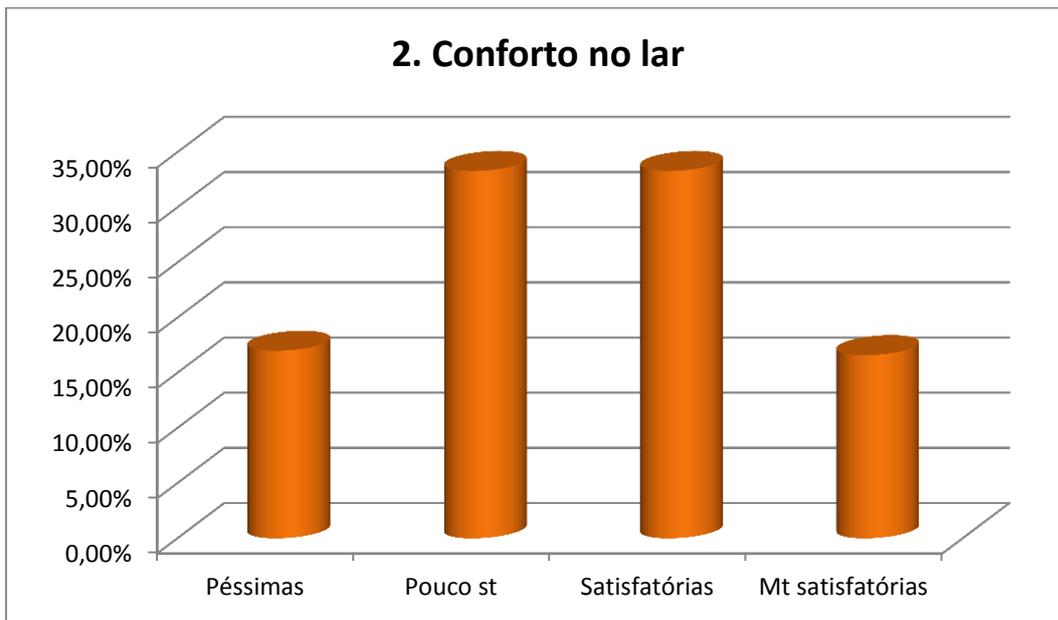
Gráfico 4: Percepção sobre a segurança no bairro¹³⁴.



Fonte: A autora (2015)

¹³⁴ A numeração presente nos gráficos sobre os requisitos levantados está relacionada ao número da questão respondida no questionário, e não ao número ordinal do gráfico. Ex: O gráfico 4 (numeração ordinal dos gráficos do presente trabalho) expõe o percentual apontado pelos moradores sobre as condições de segurança no bairro, que está apontado como 1 no elemento gráfico, por se tratar da primeira questão do bloco 'B' no questionário;

Gráfico 5: Percepção dos moradores sobre as condições de conforto no lar.



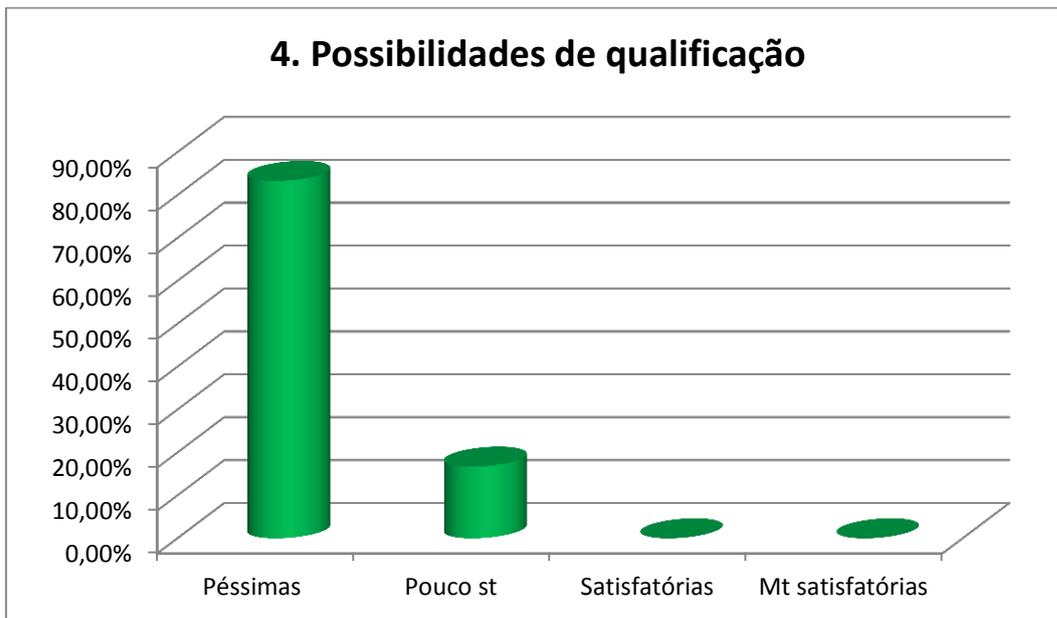
Fonte: A autora (2015)

Gráfico 6: Ofertas de serviços sociais no bairro.



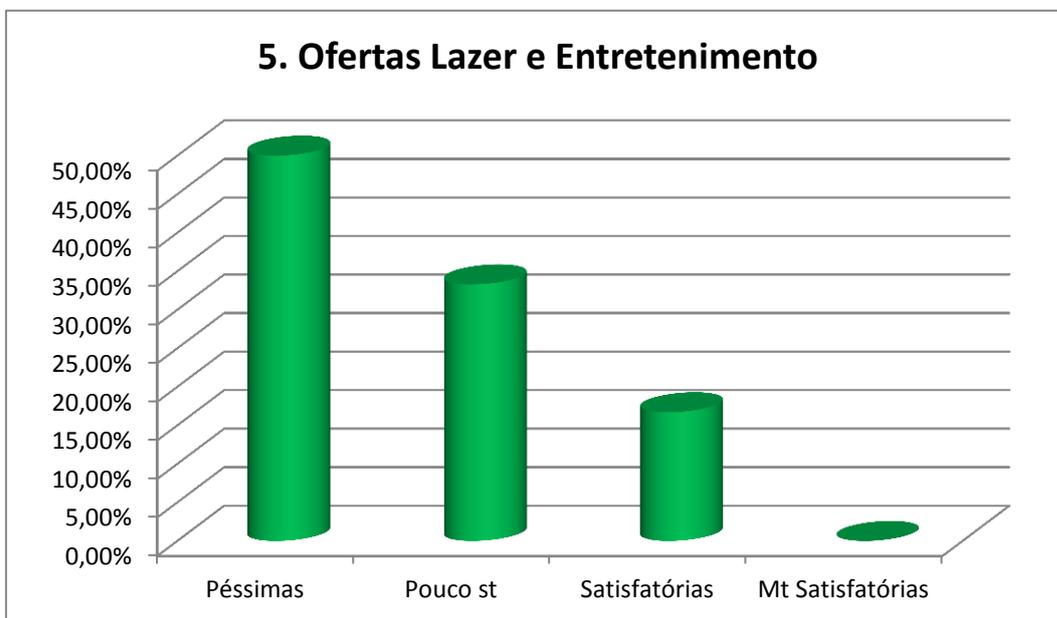
Fonte: A autora (2015).

Gráfico 7: Possibilidades de qualificação e serviços educacionais no bairro.



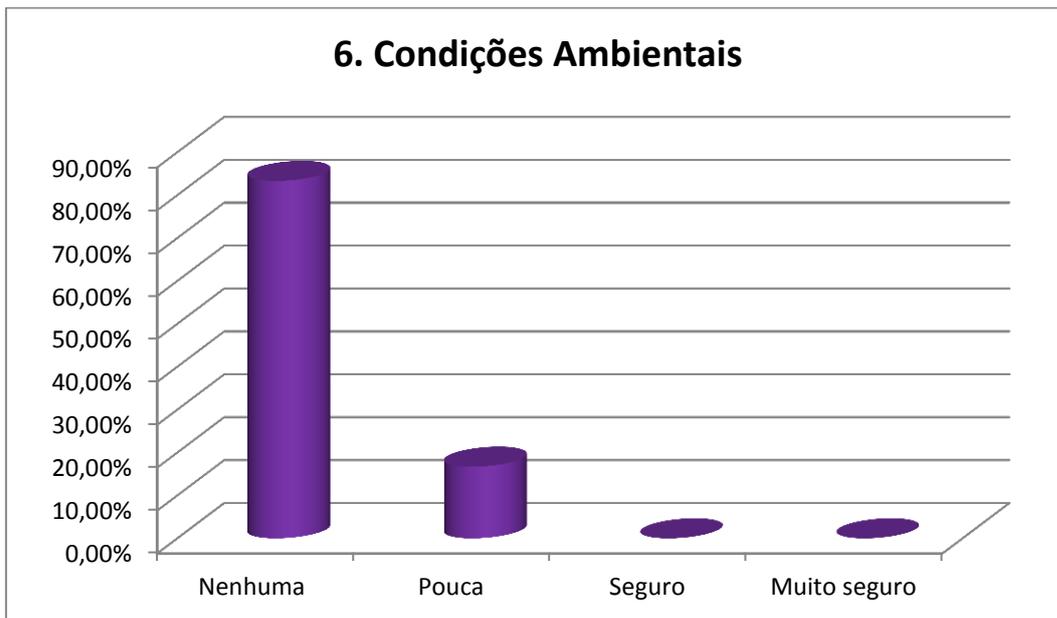
Fonte: A autora (2015).

Gráfico 8: opinião dos moradores sobre oferta de equipamentos de lazer e entretenimento.



Fonte: A autora (2015).

Gráfico 9: Condições ambientais no bairro.



Fonte: A autora (2015).

Gráfico 10: Sobre a efetividade em manifestar-se dos entrevistados.



Fonte: A autora (2015).

Sen (2010, 1999) explica que converter rendas e recursos pessoais em qualidade de vida é algo influenciável pelas condições sociais, a disponibilidade de serviços públicos de educação, a existência ou não de violência na localidade e problemas relacionados a doenças epidemiológicas e a presença ou não de poluição podem influenciar ambiental e socialmente. (p.99) Para o autor, todas essas variáveis, junto a outras, influenciarão na qualidade de vida das pessoas, para além da renda.

Das perguntas respondidas em caráter objetivo (múltipla escolha), é possível observar que a questão respondida de forma mais diversificada é a que trata das condições de conforto no ambiente do lar. Isso pode ser explicado pela junção de duas variáveis.

Uma delas seria a renda informada pela maioria. A outra poderia ser a percepção que cada morador entrevistado tem a respeito da influência dos problemas da Ciclus no ambiente em que vive, mesmo que não haja escassez identificável no que tange às necessidades materiais básicas dos mesmos.

Em relação aos outros serviços que do bairro, elementos de mensuração de qualidade de vida, todos foram elencados em sua maioria como péssimos ou pouco satisfatórios. Pouca ou nenhuma segurança, na resposta dos entrevistados, é o reflexo do clima de medo que a população dessa área vem enfrentando.

Sobre a oferta de serviços sociais, mesmo com a implantação do Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), e da Vila Olímpica, ambos em 2012, o bairro ainda carece de creches e equipamentos de lazer. A possibilidade de qualificar-se e adquirir novas habilidades também foi elencada de forma negativa. Em um lugar onde as possibilidades educacionais são ineficientes, como haverá espaço para formação de um pensamento político participativo?

Retomando a discussão de Sen (2010, 1999), diversidades ambientais como presença e ausência de poluição ou doenças infecciosas são capazes de “alterar a qualidade de vida das quais os seus habitantes podem desfrutar” (p.99).

Dessa forma, as repostas negativas a respeito das condições ambientais do bairro são mais um indicativo de que, um bairro marcado pela presença de

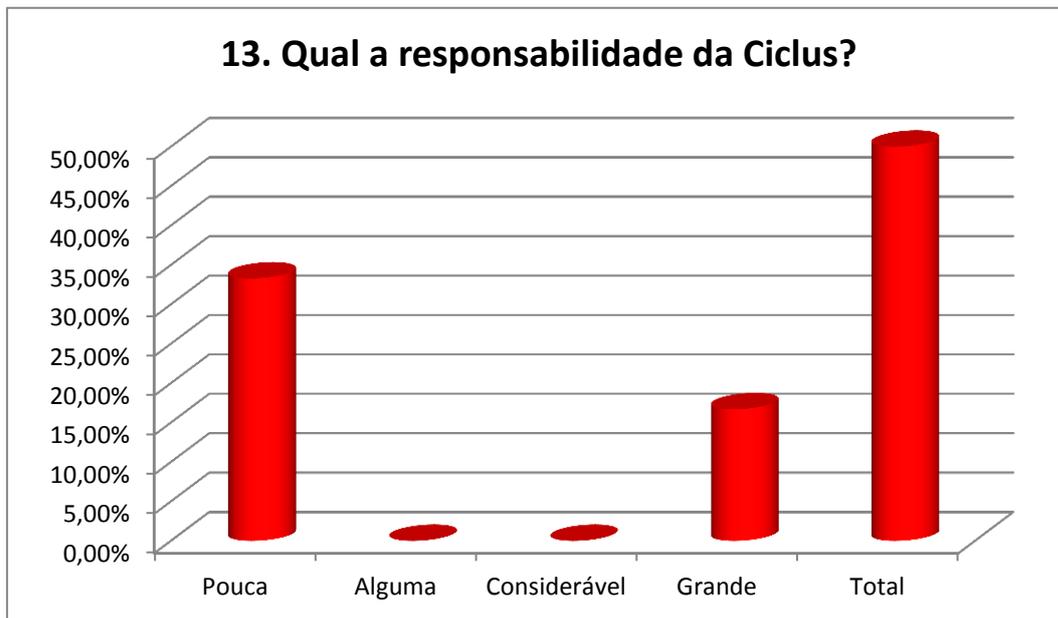
indústrias de atividades potencialmente poluidoras não é capaz de ser constituir um lugar ambientalmente aprazível ou saudável para seus habitantes.

Sobre a participação em manifestações no bairro, a maioria apontou já ter participado mais diretamente contra a Ciclus. Dos entrevistados, a maior parte disse ter se manifestado através do preenchimento do abaixo assinado, conforme exposto na tabela 14.

Se levarmos em consideração o fato de que assinar um documento, pode não surtir efeito, principalmente quando um grupo não tem força política frente a determinado projetos, como é o caso dos moradores em relação à Ciclus, o simples preenchimento do documento, sem formas de manifestações mais efetivas e de maior visibilidade não resultarão no efeito que os moradores esperam.

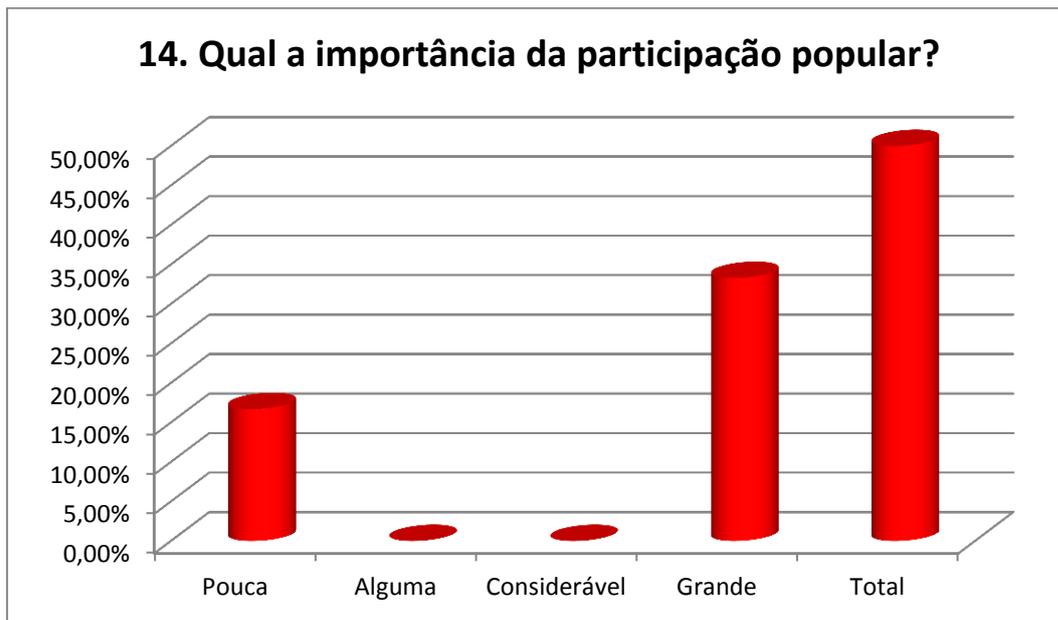
3.2. Os limites na perspectiva dos moradores

Gráfico 11: Responsabilidade dos transtornos atribuídos à Ciclus pelos entrevistados.



Fonte: A autora (2015).

Gráfico 12: Sobre a importância da participação popular para os entrevistados.



Fonte: A autora (2015).

A subseção a seguir tem o objetivo de apresentar os resultados qualitativos do levantamento empírico, através da fala dos moradores extra questionário, e iniciar a apresentação e discussão das respostas discursivas do questionário aplicado aos moradores.

Partindo desses apontamentos, a intenção é inserir a discussão teórica sobre participação e lugar, para melhor compreensão das problemáticas empíricas a respeito da Ciclus no bairro.

3.2.1. Tentativas e obstáculos nas falas dos atingidos

Quando eu passo na rua, nos dias em que o cheiro está pior, várias vizinhas vem com determinado papo: - Nossa! Hoje está brabo hein? E aí? Até quando vai ser esse fedor? Eu digo: Não sei e não faço ideia, ignoro e sigo meu caminho. Essas pessoas nunca se mobilizaram para reclamar de nada. Batemos de porta em porta para falar de um problema seriíssimo que acontece atrás de nossas casas. Acontece que quase ninguém fez nada no sentido de se unir. Agora só fazem reclamar. Estou cansada. As pessoas agem com descaso com relação a sua própria vida. (F. 60 anos)

O relato é de uma das moradoras do bairro que integrou o grupo de moradores e vizinhos, que lutavam pelo fim da ação da Ciclus no local. Indignada com o que ela chama de ‘falta de união’ entre os habitantes, ela iniciou sua fala,

apontando que as pessoas não foram capazes de se mobilizar, mesmo depois de saber do risco ao qual estavam expostas.

Ela revela que, ficou sabendo do empreendimento em 2012, por um vizinho, identificado por ela como a pessoa que estava à frente, uma espécie de ‘líder do movimento’ que a abordou e perguntou se ela tinha conhecimento de que um lixão estava instalado atrás das casas daquela localidade. Os moradores da localidade chamam a ETR de lixão.

Eu disse que não sabia. Ele então me convidou para ir à casa dele ver o que estava acontecendo. Como eu sei que precisamos ver as coisas que acontecem para tirar qualquer conclusão aceitei ir. Ao chegar lá, na companhia da esposa dele, fui levada ao terraço da casa. Antes daquele dia o que eu sabia que tinha ali atrás, era vegetação, árvores altas que faziam sombras e pássaros. Quando vi o que estava acontecendo, fiquei apavorada. Não tem outra palavra para definir. Foi pavor o que eu senti (F, 60 anos).

O vizinho e a esposa citados na fala da moradora foram os primeiros contatos identificados para levantamento de campo preliminar em 2013, onde puderam clarificar, inicialmente, os impactos sofridos pelos moradores.

Eles estavam de frente no movimento contra a ação da Ciclus e tinham em seu poder, uma série de fotos e registros de vídeos do funcionamento da empresa, das doenças manifestadas nos moradores, reportagem de jornal, documentações e abaixo assinados. A ida à residência da família e a coleta do depoimento dos mesmos em 2013 foi fundamental para compreender como a atividade da empresa afeta os habitantes.

Ela (a esposa) foi nascida e criada aqui. Ele, quando se casou com ela, veio morar no bairro e passou a gostar muito de viver aqui. Mas com esses problemas atrás da casa deles, sinto que eles não têm mais ânimo de continuar no bairro. (F, 60 anos)

De fato, eles já haviam informado em entrevista preliminar¹³⁵, que anunciaram a casa à venda, conforme ilustrado na figura 22. Muito indignados com as doenças que haviam atingido a eles e aos seus filhos, a esposa apresentava sintomas de depressão. A ação da fábrica já afetava a saúde mental da mulher e ela se mostrava muito preocupada em relação ao bem estar dos filhos, que já

¹³⁵ Entrevista feita através da aplicação de questionário aberto ao morador principal responsável pelas denúncias e a sua família no dia 23/11/2013;

tinham sido atingidos por doenças desde a instalação da ETR. Diante dos acontecimentos, o marido já se mostrava muito preocupado e chegou a relatar que já se sentia impotente diante do quadro em que se encontrava.

Figura 22: Cartaz anunciando que a residência do casal estava na época a venda por uma imobiliária.



Fonte: Acervo próprio (2013).

Tuan (2013) evidencia que os lugares ditos íntimos são lugares onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção. De acordo com ele, os seres humanos são os únicos que têm “(...) o sentido de lar como um lugar onde o doente e o ferido podem se recuperar com cuidados solícitos”. (p.168) A afeição que nutrimos pela figura do lar é para o autor, o resultado de experiências íntimas e aconchegantes.

Quando o lugar se torna o lócus da doença, dos males manifestados no corpo, da agressão a saúde mental, do desrespeito ao bem estar dos grupos sociais, as pessoas tendem ao afastamento. A refuncionalização do lugar de forma praticamente compulsória mudou sua experiência, transformando-a em algo agressivo e trazendo sensações negativas. Não apenas por esse casal, mas entre

outros moradores, inclusive entrevistados em reportagens de televisão, a solução encontrada é a saída do bairro¹³⁶.

Esta família foi procurada nas ocasiões do levantamento de campo em sua residência, via rede social, e via contato com parentes dos mesmos. Nenhum dos contatos obteve retorno. O que informam alguns moradores é que eles estariam viajando, teriam se mudado do local e que o chefe da família, tendo um alto cargo público, teria se afastado para evitar a grande exposição que estava tendo, frente à luta contra a Ciclus. Tal informação não pode ser confirmada, já que o casal não foi localizado para novamente contribuir com depoimentos mais atuais sobre o assunto.

Retornando as ações do grupo de moradores, a entrevistada relatou que ao saber da existência da empresa no local se uniu ao vizinho. Em um grupo composto por cerca de seis pessoas, esses moradores foram de casa em casa na localidade, tentando abordar outros moradores para saber se eles sabiam da existência da Ciclus Ambiental e o tipo de atividade desempenhada pela mesma, tentando inclusive, a aplicar questionário (figura 23) para compreender a percepção dos demais moradores do Parque São Luiz sobre a presença da Ciclus e sobre o poder que os moradores tinham ou não, para levar a empresa a se retirar do bairro. De todos os abordados, nenhum sabia do empreendimento ou do seu ramo de atuação, segundo o que informou a entrevistada.

¹³⁶ <https://www.facebook.com/video.php?v=655615924490474&set=vb.640774669307933&type=2&theater>. Programa de notícias do Estado do Rio de Janeiro, exibido pela emissora ‘Sistema Brasileiro de Televisão’ (SBT), exibido em 2013. Acesso em 01/04/2015;

Figura 23: Questionário aplicado pelo grupo de moradores aos demais habitantes do entorno da empresa Ciclus.

Ylona

Pesquisa

1- Você sabe qual a atividade dessa Empresa CICLUS?
SIM () NÃO (X)

2- Houve algum tipo de pesquisa para que essa empresa funcionasse aqui dos nossos quintais?
SIM () NÃO (X)

3- Você sabia que o Parque São Luiz virou Lixão (área de alto risco)?
SIM () NÃO (X)

4- Você sabia que podemos paralisar as atividades dessa empresa?
SIM () NÃO (X)

5 -Quantas pessoas há em sua casa?
Homens (3) Mulheres (3) Crianças (2) Idosos (2)

Nome: [Redacted] End: [Redacted]
e-mail: [Redacted] Tel: [Redacted]

Fonte: Cedida por moradora do local (2015).

A partir da movimentação desses moradores, eles passaram a ter adesão de outros poucos habitantes, compondo o chamado “grupo que resiste”, que somavam cerca de doze moradores, que era sempre esses que tentavam contatar órgãos públicos para fazer denúncias de transtornos ao ambiente e à saúde.

Souza (2003) reconhece que a participação não elimina erros ou não se traduz em uma fidedigna garantia de acerto, considerando-se que também as decisões da coletividade podem apresentar caráter injusto ou equivocado (p.333). No entanto, ela é fundamental para que se corrijam certas distorções e equívocos, que, muitas vezes, são cometidos quando a vida da maioria é posta para que seja decidida nas mãos de poucos.

O autor ressalta que, a permissão de que poucos decidam, sem que a maioria tenha a possibilidade de controlar ou monitorar de forma adequada essa pequena parcela, a probabilidade de desvios de conduta, os erros de avaliação e a corrupção propriamente dita são muito maiores do que se imagina, sendo grande a probabilidade de interpretar as necessidades da maioria de acordo com seus

próprios interesses, sem considerar as opiniões da maior parte dos interessados. (p.334)

A maior parte das denúncias feitas pelo grupo foi entre 2012 e o fim de 2013. Ainda no fim do ano de 2013, foi criada por um jornalista, a página ‘SOS Coelho Neto’ na rede social *Facebook*¹³⁷. A página – que tem pouco mais de 400 curtidas¹³⁸ de moradores da área, dos parentes desses moradores e conhecidos – foi criada com o intuito de receber denúncias de moradores e informações sobre problemas gerados pela Ciclus e chamadas para manifestações, passeatas e compartilhamentos.

Figura 24: Layout da Página S.O.S. Coelho Neto no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/SOS-Coelho-Neto/640774669307933?fref=ts>. Acesso em 14/01/2015.

Poucas publicações foram massivamente curtidas e compartilhadas. Na página estão postados vídeos com reportagens veiculadas por canais de TV aberta¹³⁹ sobre os impactos da empresa, denúncias de moradores, panfletos digitais expondo o descaso de algumas autoridades que estiveram no bairro

¹³⁷ Endereço: <https://www.facebook.com/pages/SOS-Coelho-Neto/640774669307933?fref=ts>

¹³⁸ No dia 18/03/2015, o site contava com 411 curtidas.

¹³⁹ Reportagens sobre a Ciclus veiculadas pela rede Record, pelo SBT e Rádio Tupi;

prometendo soluções em relação ao empreendimento e não retornaram com nenhuma resposta ou solução.

Existem informações na página que apontam o então secretário de conservação na época do início das denúncias contra a Ciclus, hoje secretário de transportes¹⁴⁰ seria um dos sócios da empresa. Ele compareceu ao bairro para se reunir com o grupo de moradores por três vezes, uma dessas vezes juntamente da vereadora já citada anteriormente. A informação de que o secretário seria sócio da Ciclus não pode ser confirmada.

É possível perceber que a última postagem foi realizada em janeiro de 2014. Sobre esse tempo de ausência de postagens no grupo, a entrevistada explica que o jornalista, na época da criação da página era também assessor de imprensa de um político. Ela não soube informar o nome do político em questão. Segundo ela ficou a impressão de que ele se inseriu no apoio aos moradores e na elaboração da página, não apenas como alguém solidário aos problemas do bairro, mas também havia também com a intenção política em promover o representante do qual ele era assessor na época.

Foi tentado contato com esse senhor via rede social. Nas duas primeiras abordagens, ele se mostrou solícito a contribuir respondendo algumas perguntas sobre a Ciclus.

Mas este cessou respostas, após o envio de perguntas como: 1. O objetivo que o levou a criar a página SOS Coelho Neto; 2. Como ele enxergava a esse problema, como cidadão e como jornalista; 3. Como enxerga a participação do poder público em relação ao empreendimento; 4. Porque a página não registrava mais publicações desde janeiro de 2014. Mesmo por outras abordagens, perguntando se ainda havia interesse do jornalista em participar do levantamento¹⁴¹, não houve mais nenhum contato.

A última convocação publicada por ele na comunidade seria no dia 21/12/2013. A moradora estava presente no evento, e disse que na ocasião “só

¹⁴⁰ Secretário Municipal de transportes, Carlos Osório;

¹⁴¹ No dia 18/03/2015, constava na página do jornalista na rede social, que ele é atualmente Assessor de Imprensa na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

apareceram meia dúzia de gatos pingados”. Ela acrescentou que, nesse mesmo dia, vendo o fracasso do movimento, a impressão foi a de que ele percebeu que:

“não daria em nada. Tanto que no mesmo dia, disse que passaria a administração da página para mim. Depois disso ele passou mesmo, mas eu não tenho a menor ideia de como publicar qualquer coisa ali. Eu não sei mexer na página como administradora”. (“F”, 60 anos).

Ela relata que depois disso não teve mais contato com ele. Assim, desde janeiro de 2014, a página não registra uma publicação sequer do administrador, porque a moradora não consegue postar nenhuma informação.

3.2.2.

O morador perplexo diante da resignação. Abrir mão da participação é aceitar o problema?

Partindo dessa discussão serão apresentadas as tabelas com seis respostas discursivas dos moradores a respeito da Ciclus e da participação em relação à atuação da mesma. As respostas foram divididas em quatro quadros. As questões 8 e 9, bem como as perguntas 10 e 11 foram agregadas em uma única tabela, pois nesse caso, as questões se complementavam.

Tabela 13: Sobre problemas pessoais ou observados em moradores no entorno em relação a Ciclus.

| Questões 8 e 9 | |
|--|---|
| 8. Você ou sua família já se sentiram prejudicados, ou conhece alguém que foi afetado por algum problema que pudesse relacionar ao funcionamento da Ciclus? | |
| 9. Se você (ou sua família) foi afetado (a), poderia relatar de que forma sentiu os prejuízos? | |
| Entrevistada 1 | “Sim, nós somos seriamente prejudicados com problemas respiratórios. Temos rinite e falta de ar, fazemos inclusive tratamento respiratório devido a poluição que a fábrica Ciclus produz no bairro”; |
| Entrevistada 2 | “A todo momento. Eu coloquei telas para proteger minha casa e mesmo assim tenho que ficar na maioria das vezes trancada. Trabalho com atendimento ao público. Tenho que passar o constrangimento de fazer o atendimento as pessoas em um local onde nenhuma marca de desinfetante ou inseticida extermina o mau cheiro e o festival de moscas e bichos com aspectos estranhos. Inclusive os gatos e cachorros que circulavam aqui no bairro ficaram gravemente doentes. Tudo foi relatado e nada foi feito e as pessoas que adoecem”; |
| Entrevistado 3 | “Sim, vizinhos e amigos com problemas respiratórios e doenças de pele”; |
| Entrevistado 4 | “Sim, vizinhos com diversas infecções na pele, devido a proliferação de mosquitos”; |
| Entrevistada 5 | “Sim, a minha própria família. Meu neto contraiu a bactéria celulite, proveniente do lixão. Ele também teve alergias e doenças respiratórias”; |
| Entrevistado 6 | “Sim, Muitos vizinhos foram prejudicados. Um dos vizinhos teve toda a família enferma com muitas incidências de furúnculos e alergias. A esposa inclusive ficou abalada psicologicamente”. |

A tabela acima contém as respostas referentes às doenças que eles fossem capazes de identificar em sua casa ou em vizinhos e que pudessem relacionar à ação da Ciclus. Dentre as respostas, será utilizada a da entrevistada número cinco, a senhora “F” (60 anos).

Após essa tentativa de protesto com pouquíssima adesão, as reuniões e organizações contra a empresa em grupo se enfraqueceram ainda mais. As poucas

denúncias passaram a ser individuais. A moradora teve que acionar a Polícia Civil em 2014 para prestar queixa e solicitar exame de corpo de delito (anexo 15).

O motivo da denúncia segundo ela foi que, seu neto de apenas quatro anos, passou a manifestar várias crises alérgicas a ponto de ir à escola metade de um mês e faltar durante a outra metade. Em junho de 2013, ele precisou ser retirado da escola, pois adquiriu, além das alergias e problemas dermatológicos e uma grave doença bacteriana chamada celulite infecciosa. Pelo estado de saúde da criança, o exame não foi feito.

A celulite infecciosa é uma doença provocada por bactérias que penetram o organismo através de aberturas que existam no corpo, como picadas de insetos, feridas, queimadura e até mesmo por acnes¹⁴². A doença se manifesta, inicialmente, nas pernas na maioria dos casos (anexo 16). Quando causada na face, a celulite infecciosa pode ser ainda mais grave, pois pode resultar em meningite ou em lesões, por vezes irreversíveis nos olhos¹⁴³.

Uma pequena placa vermelha foi detectada em uma das pernas da criança. Logo a placa começou a aumentar, e o menino começou a apresentar sintomas como febres altas, dores e inchaço no local. Ele foi levado ao hospital e diagnosticado com a doença infecciosa. A médica explicou na ocasião que, se o cuidado em buscar atendimento ao menino tivesse demorado por mais algumas horas ele poderia vir a óbito, já que, se essas bactérias chegam a atingir a corrente sanguínea, a infecção se torna generalizada e conseqüentemente fatal.

Como na época, a família da criança identificava que após alguns dias indo à escola, ele passava a manifestar sinais alérgicos dermatológicos, culminando nessa doença. Logo, os parentes decidiram, por bem, mudar o menino de escola, pois relacionaram o surgimento da bactéria à proximidade da residência, e ainda mais da escola à ETR.

A entrevistada relata ainda que, a casa onde seu neto mora, só tem portas e janelas abertas em dia de faxina e que, exceto nesses dias, a casa fica 24 horas por

¹⁴² http://revista.fmrp.usp.br/2003/36n2e4/20infeccoes_tecidos_moles_sindromes_infecciosas.pdf. Acesso em 18/03/2015;

¹⁴³ <http://www.peruzzo.med.br/noticias/a-celulite-que-pode-ate-matar.asp>. Acesso em 18/03/2015;

dia totalmente fechada e com o ar condicionado ligado, sendo a alternativa que a família encontrou para mitigar os problemas à saúde da criança.

É uma sensação de impotência que temos. A gente bateu de porta em porta aqui por essas ruas do Parque São Luiz, tentando explicar o crime que é esse tipo de atividade nas costas de uma área residencial. Está nas normas, tem que ser a pelo menos 500 metros de distância! Não era para esse tipo de atividade estar aqui. As pessoas não foram capazes de se mobilizar e esperavam que um grupo de apenas 12 moradores fosse resolver um problema que atinge direta ou indiretamente toda uma região? Por isso que quando vem reclamar do fedor comigo, eu agora ignoro (F, 60 anos).

Segundo ela, a percepção do descaso do poder público após tantas denúncias e o baixo grau de participação dos moradores, mesmo afetados pelos problemas, fez com que o grupo que lutava e denunciava aos poucos fosse perdendo força em persistir na luta. Além de muitas denúncias que não tiveram resposta efetiva até hoje, a falta de comprometimento das pessoas é uma das coisas mais decepcionantes para a moradora.

Eu tenho certeza que, se todos nós estivéssemos unidos essa empresa já tinha saído daqui. Mais de uma vez, pensamos em organizar uma manifestação que agregasse contingente suficiente para fechar a Avenida Brasil, por volta das 07:30 h da manhã, horário em que as emissoras de televisão estão sobrevoando a região para dar informações sobre o trânsito e demais ocorrências. Mas que instituição ou empresa, por mais equivocada que esteja, vai se sentir intimidada por meia dúzia de gatos pingados na porta dela? (F. 60 anos)

A moradora informou inclusive que, no grupo denunciante, um dos integrantes é advogado. Assim que ele percebeu que o movimento não teria adesão de mais pessoas e que perderia força, entrou com um processo individual contra a Ciclus e se afastou do grupo. Ao perguntar se ela fazia ideia do porquê, ela disse que parece que o morador quer agora obter benefícios financeiros sobre a empresa.

Foi dito ainda que, quando estavam ocorrendo as obras de construção da ETR, cerca de dois dos proprietários que possuem suas casas imediatamente atrás da ETR, identificaram problemas de rachaduras nas casas e tiveram suas residências reformadas pela Ciclus, informação esta, que não pode ser confirmada. De acordo com ela, essas pessoas não reclamaram, pelo contrário, assumiram uma

postura de defesa da ETR. “Há quem diga que, hoje eles se sentem prejudicados e até reclamam com outros vizinhos. Agora que aceitaram o “cala boca¹⁴⁴”?”

As situações relatadas expõem muitas questões já tratadas nas discussões anteriores indo ao encontro também do que é ressaltado por Souza (2003) sobre a postura de não participação.

O autor acredita que a própria percepção de participação como um fardo é uma visão disseminada por um tipo de ideologia disseminada que estimula a apatia política e o desinteresse por assuntos de cunho coletivo.

Acompanhado disso, está também o comodismo que leva os indivíduos a, apesar de desconfiar da conduta dos representantes políticos, considerarem ser “mais fácil entregar o poder de decidir sobre assuntos que afetam sua vida a políticos profissionais e especialistas, sem fazer ideia do quão prejudicial isso pode ser a ponto de tolher sua efetiva liberdade” (p. 335).

Pode-se dizer então que, quando o grupo local não age de modo a sinalizar que nem todo poder de decisão será delegado aos “de fora” mesmo que sejam esses seus representantes políticos, estariam por tanto correndo o risco de ter por consequência os seus direitos desconsiderados, em detrimento de outros que demandam rearranjo espacial através de equívocos no cumprimento de projetos como percebemos em relação ao objeto.

¹⁴⁴ Ela ainda relata que, como trabalha com projetos sociais, na época das denúncias, a diretoria da empresa chegou a oferecer financiamento para os projetos que ela promove junto a Associação de Donas de Casa de Honório Gurgel (ADCHG). A proposta foi recusada pela moradora. É perceptível, que tal estratégia foi uma tentativa de cooptar uma das moradoras mais ativas no movimento, para enfraquecer ainda mais o grupo.

Tabela 14: Sobre a participação dos moradores em pressionar a empresa por melhorias e a existência de diálogo entre esta e a população.

| Questões 10 e 11 | |
|---|---|
| 10. Já participou de alguma manifestação ou abaixo assinado contra a Ciclus? Soube de alguma resposta às reclamações dos moradores por parte da empresa? | |
| 11. Percebeu alguma melhora na forma de tratamento dos resíduos no ambiente? | |
| Entrevistada 1 | “Sim. O problema ainda está em andamento pelas autoridades e órgãos responsáveis”; |
| Entrevistada 2 | “Sim. participei do preenchimento do abaixo assinado. E fui a algumas reuniões As respostas foram somente conversas, promessas e nada de concreto no final”; |
| Entrevistado 3 | “Sim participei do abaixo assinado. Não houve resposta efetiva; Até os caminhões, proibidos de passar aqui nas ruas rua, continuam circulando pelas ruas daqui, mesmo sendo proibidos”; |
| Entrevistado 4 | Sim, participei do abaixo assinado. Não obtivemos resposta. |
| Entrevistada 5 | “Participei de quase todas as manifestações, preenchi e reuni pessoas para preencher o abaixo assinado, nos reunimos com governantes que fizeram promessas e nunca mais apareceram, compartilhei sobre o problema nas redes sociais, mandei e-mail para o INEA, 1746 ouvidoria da COMLURB, fui com o grupo a defensoria pública. Até na polícia fui. As vezes que houve fiscalização ou diligencia (com exceção da primeira), eles já sabiam que iam ter. Daí maquiavam o local de todas as formas que podiam, botavam essência para disfarçar esse o mau cheiro que causa enjojo e abriam as portas para a visita. Só piorou. Aumentou o barulho, infestação de ratos no bairro, fedor insuportável que não dá para respirar constrangimentos ao receber visita em sua casa por causa do fedor”. |
| Entrevistado 6 | “Todas as manifestações reclamações que aconteceram eu estive presente. Como morador, tenho o dever de lutar para mudar essa situação. Mas as pessoas não têm feito mais manifestações. A única coisa que os responsáveis pelo lixo fizeram, foi aumentar os muros para se esconder. Até tela eles tentaram botar para aos moradores pararem de reclamar de mosquito. Mas não tem jeito. É muito bicho”. |

3.3. A percepção dos negligenciados

O presente subcapítulo objetiva apresentar como a falta de diálogo entre poder público e população local é capaz de originar um contexto espacial democraticamente insustentável e assim também, apresentar a discussão sobre o exercício da autonomia como possível ferramenta de empoderamento e efetivo diálogo entre a população e os gestores.

3.3.1. A leitura do habitante: A gestão que não valoriza o diálogo e o seu “resultado”

O povo de Coelho Neto
 Pede socorro ao prefeito
 Pois, no Parque São Luiz
 Ninguém está satisfeito
 Com esse tal de lixão
 Para com o cidadão
 Total falta de respeito

A poesia de Cordel é considerada poesia popular, estabelecida como gênero literário. Trazida para o Brasil pelos portugueses no século XVIII, se tornou forma literária regional bastante específica na região nordeste. Um dos entrevistados, natural do estado do Ceará, veio para o Rio de Janeiro muito jovem.

Após ter se aposentado, passou a buscar como forma de ocupação nos momentos de ócio, o estudo, a leitura e a produção de poesias de cordel. Ele resgatou a memória sobre o cordel e se debruçou com mais dedicação sobre as composições, com o intuito de conseguir compreender melhor o significado de novas palavras com as quais se deparava quando passou a ter mais tempo para estudar. O morador compôs um poema de cordel relacionado à Ciclus em Coelho Neto e região, cujas estrofes serão apresentadas aqui.

O morador foi o último localizado disposto a dar entrevista. Após a ligação de uma moradora, que não quis participar do levantamento, mas informou sobre o

morador e o drama que ele viveu, ela solicitou que fosse tentado contato com ele, pois poderia ajudar a afirmar a periculosidade da Ciclus.

Ele aceitou participar do levantamento, mas se mostrou o mais desconfiado de todos os moradores. Como já tem certa idade, aceitou que a marcação das questões fosse feita de acordo com as respostas deles e que as discursivas fossem preenchidas de acordo com suas respostas. Ele fazia questão de ler tudo o que fosse escrito.

Ao longo das respostas do questionário, senhor “R” disse que, por mais que possam ter projetos para Honório Gurgel e Coelho Neto, nada seria capaz de melhorar as condições de vida enquanto o “lixão”, como ele se refere à ETR, estiver no local.

O mau cheiro predomina

Entra em cada residência

Praticar isso conosco

É falta de consciência

E de consideração

Apelidar um lixão

De Estação de Transferência

Tudo começou errado

Com grande desmatamento

Não sei o meio ambiente

Onde estava no momento

Ou quem fez essa manobra

Pra não embargar a obra

E dar o consentimento

O desmatamento ao qual o senhor ‘R’ se refere é o desmatamento do terreno de propriedade da empresa FERTEC Ltda, alugada pela Ciclus para o funcionamento. Segundo o morador, a derrubada daquelas árvores foi uma ação muito brusca, e para ele representou animais perdendo seu lugar além dos moradores perdendo área verde, prejudicando o oxigênio de alguma forma naquele local. “Quando começaram essas obras, vira e mexe a gente via uma cotia perdida aqui na rua”.

A senhora ‘F’ chegou a se referir a esse terreno como um “pulmãozinho”. Ela relatou que esse conjunto arbóreo era muito importante para os moradores. Já que o terreno está localizado na Avenida Brasil, com uma grande quantidade de árvores, deveria proteger essa parte onde vivem os moradores dos gases liberados pelos carros e a poeira da estrada que os transportes suspendem.

Os moradores entendem que o terreno é particular e o proprietário podia dar o uso que tivesse preferência, “Mas tivemos um grande prejuízo. Sentimos na respiração, além disso, derrubaram para fazer funcionar uma atividade tão degradante a saúde”.

Em julho de 2012, como resposta a uma das indagações do inquérito civil público. O assessor chefe e membro da diretoria da COMLURB, José Henrique Penido Monteiro, ressaltou em ofício enviado à promotoria¹⁴⁵, dentre outras questões, que o terreno utilizado para a construção da ETR (anexo 17) estava à época,

(...) mal cuidado e com grande vegetação exótica (...) Se algum dia abrigou “uma quantidade de pinheiros e animais silvestres” não foi, com certeza, na época da obtenção da licença para sua instalação, concedida pela SMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). (JOSÉ HENRIQUE PENIDO. ASSESSOR DA DIRETORIA TÉCNICA INDUSTRIAL DA COMLURB. 09/07/12).

O assessor é o mesmo que nessa mesma época, ao tomar conhecimento das reclamações dos moradores, disse que “(...) os moradores se acostuariam com o cheiro de lixo, já que ele trabalha com resíduos há quase trinta anos e já se acostumou¹⁴⁶”. Como se os moradores tivessem escolhido viver vizinhos de uma

¹⁴⁵ 1º Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital;

¹⁴⁶ Essa declaração consta nos documentos anexados à ação civil pública sobre a Ciclus;

estação de transferência de resíduos, assim como ele ao que parece escolheu atuar como funcionário, ocupando considerável cargo na COMLURB.

Além do mais, trabalhar com lixo e viver com cheiro constante de lixo dentro da sua residência, dormir e acordar sentindo mau cheiro e todos os transtornos que demandam da localização de uma estação de transferência na localizada onde se mora, são coisas completamente diferentes.

Consta ainda no ofício de resposta do assessor que para atender as exigências editalícias da COMLURB, o plano de operações da ETR prevê que:

Todo o material recebido dos coletores compactadores seja transferido para o CTR – Rio no mesmo dia, evitando a estocagem de resíduos no interior da ETR e a ocorrência de decomposição da fração orgânica do lixo domiciliar, o que elimina a geração de maus odores e de chorume. (JOSÉ HENRIQUE PENIDO. ASSESSOR DA DIRETORIA TÉCNICA INDUSTRIAL DA COMLURB. 09/07/12).

Contudo de acordo com denúncia registrada na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), na Cidade da Polícia Civil, em dezembro de 2013, que, embora todo e qualquer resíduo que chega à ETR deva ser retirado e transportado para a CTR-Rio em até 24 horas, os resíduos são mantidos por até 15 dias na ETR.

O relatório do ministério público traz duas autorizações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde para o corte de 116 árvores. Somente duas entre elas estavam mortas.

Outra irregularidade registrada nas denúncias anexadas na ação civil pública é que a ETR tem por destinação obrigatória, apenas os resíduos domiciliares, mas já foi constatado o recebimento de lixo extraordinário (hospitalar) e de resíduos da construção civil. Os resíduos da construção civil aumentavam consideravelmente a concentração de poeira no ambiente.

O morador confirma que o que foi informado inicialmente é que o local seria um lugar para separação e reciclagem de materiais, garrafas pet e papelão. E quando se deram conta já tinha se estabelecido e tido início o funcionamento da

ETR. “Passamos a ter que conviver com barulho quase que 24 horas por dia, porque o local não fecha e um cheiro insuportável do lixo podre”.

Senhor ‘R’ diz que o local já é carente de várias coisas, segurança, lugares de lazer e com a presença desse lixão tudo piorou. Várias pessoas foram embora daqui. Muitos não vão porque não tem condições.

As tensões apresentadas estão relacionadas ao que Porto Gonçalves (2002) pontua como “(...) a unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapondo à multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, lócus de conformação da subjetividade” (p. 234). São emblemáticos também para demonstrar o quão contraditórios são os caminhos que percorrem o discurso da sustentabilidade nos projetos políticos para que cheguem à prática.

Um posto de reciclagem

Da obra foi o rumor

Porém a realidade

Foi só quando inaugurou

Todo mundo apavorado

Com o barulho e fedor

Para Jacobi (1999), a reflexão sobre as práticas localizadas em um contexto urbano que apresenta cada vez mais parcelas degradadas ambientalmente, não pode desconsiderar a observação dos fatores que determinam tal processo, os atores envolvidos, nem as formas de organização social que são capazes de potencializar novos desdobramentos e alternativas de ação em uma perspectiva de sustentabilidade.

A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte. No contexto urbano metropolitano brasileiro, os problemas ambientais têm se avolumado a passos agigantados e a sua lenta resolução tem se tornado de conhecimento público pela virulência do seu impacto – aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais, impactos

cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população. (JACOBI, 1999, p.180).

Tavares (2005) considera que uma das principais dificuldades em um processo de sustentabilidade democrática está no que ele chama de “confronto entre interesses privados e públicos” (p.123), já que não se deve perder de vista, na visão do autor, que nem sempre o Estado e/ou uma associação civil representam os interesses públicos. Dessa forma, nem sempre serão capazes de garantir melhores resultados.

Uma gestão de políticas públicas que contemple a sustentabilidade democrática é a que valoriza o “envolvimento participativo dos diversos atores sociais e políticos que englobam a comunidade ou a sociedade civil local” (p.125).

Para o autor, a capacidade que a população possui para influenciar sobre seus interesses é considerada é fator fundamental para que ocorra efetividade na implementação de políticas públicas. Sendo, a participação da sociedade civil, um caminho para que se torne a gestão das políticas públicas sólida e democrática.

Quando a conformação sociopolítica é a que vemos na democracia moderna, observamos principalmente na escala do local, gestões que manifestam tendência antidemocrática, resultando em projetos como a ETR, onde é difícil inclusive, pensar a participação da comunidade.

Sobre a participação dos moradores em relação a empresa, senhor R relatou que esse é um dos maiores problemas:

A qualquer momento que eu for chamado para protestar conta a Ciclus eu vou. Isso é um dever e um direito meu. Se nós cumprimos com nossos deveres de cidadão e agimos de acordo com o que achamos ser correto, temos que lutar para viver em um lugar melhor. Não sei o que acontece, as pessoas sabem que estão sendo prejudicadas, mas não dão nenhum sinal de que podem agir”. R (76 anos).

Tendo passado a maior parte da entrevista desconfiado, mas respondendo ao questionário e contribuindo com depoimentos, somente ao se aproximar, no final da entrevista, o entrevistado falou do gosto pela literatura de cordel e que havia escrito a poesia de cordel sobre a Ciclus.

Vem lixo de todo tipo
 Até em carro blindado
 Que chega na madrugada
 Num esquema camuflado
 Muito em breve sentiremos
 O maldito resultado.

O morador compôs esta poesia, no início da atuação da ETR no local. Ele diz que a ETR foi inaugurada em 14 de maio de 2012. No dia dezanove de junho, pouco mais de um mês depois, ele foi internado, após ter contraído uma bactéria, que afetou seu olho direito. ‘R’, permaneceu internado por dezanove dias recebendo antibióticos na veia.

Mesmo assim, o morador perdeu a vista direita e hoje usa uma prótese¹⁴⁷, chamada popularmente de “olho de vidro”. Após ler toda a poesia, ele disse: “Eu mal podia saber quando escrevi que, muito em breve seria eu a sentir o maldito resultado”.

3.3.2. Poder local e lugar: antagonismos que produzem espaços insustentáveis

Poderíamos nos referir ao poder local como o grupo que resiste: a associação de moradores ou um novo grupo que emerge no bairro. Mas o poder local, no título acima, se refere ao município, que sempre foi visto como sinônimo de poder local.

De acordo com a concepção de Silva (2013), tradicionalmente o modelo de gestão pública no Brasil sempre privilegiou o poder do Estado em detrimento da sociedade. Os entrevistados foram unânimes em apontar ao poder público municipal, a responsabilidade pela existência e ação da Ciclus no bairro.

¹⁴⁷ Tendo observado o grau de desconfiança que o morador manteve em grande parte da entrevista, mesmo contribuindo de forma importante, optei por não solicitar laudo para comprovação do que ele contava, já que a ligação recebida pela moradora que indicou que eu procurasse o morador, já havia emitido também o mesmo relato;

Tabela 15: Conhecimento dos moradores sobre a concessão.

| Questão 12 | |
|---|---|
| 12. Você acredita que o governo municipal ou estadual tem responsabilidade sobre a localização dessa empresa no bairro? Se sim, quais responsabilidades você atribui ao governo? | |
| Entrevistada 1 | “Sim. Funciona em parceria com a prefeitura”; |
| Entrevistada 2 | “Com certeza. A prova disto é o símbolo da Prefeitura da Cidade maravilhosa que eles tanto falam, está lá pendurada”; |
| Entrevistado 3 | “Sim, chegou ao nosso conhecimento que os responsáveis da Ciclus são coniventes com a atual administração municipal”; |
| Entrevistado 4 | “Sim. Acredito. Ao que parece a prefeitura deu o aval para funcionar”. |
| Entrevistada 5 | “Sim, o governo é conivente”; |
| Entrevistado 6 | “Sim, a prefeitura, na figura da COMLURB, tem participação ativa no lixo”. |

De fato, nas últimas décadas, as cidades têm tido papel principal na sociedade brasileira, principalmente após a autonomia dada ao governo local na última carta constitucional. Para o autor, a partir dessa transferência de poder, o município passou a ter “(...) grande parte da responsabilidade pela solução de problemas estruturais que dizem respeito aos serviços públicos essenciais” (2013, p.13).

De acordo com Castro (2005), a escala local da política nacional é esfera na qual é possível buscar de forma mais efetiva o exercício da democracia já que, é através dela que acessamos os serviços mais básicos e as políticas públicas (p. 134-135).

Voltando as colocações de Silva (2013), se faz importante observar, como explica o autor que o poder local (governo municipal) tem o importante papel de indutor no processo de participação social. Para ele,

As mudanças não podem ser operadas apenas na esfera governamental e administrativa. É preciso levar em consideração que existe uma mudança social que redefine o papel do cidadão, que deixa de ser apenas um eleitor para ser um

interlocutor ativo no processo de gestão das políticas públicas. (SILVA, 2013, p.8)

Já discutimos que a gestão de caráter autoritária ou tecnicista, é responsável por erodir o exercício da cidadania. Mais do que isso, é responsável por reforçar as características de uma sociedade heterônoma, tolhendo as possibilidades de exercer a autonomia.

A heteronomia presente na sociedade e refletida na gestão do poder local é responsável por afetar a experiência de lugar que o indivíduo estabelece, e enfraquecer as possibilidades que ele poderia vislumbrar de agir quanto parte da coletividade. Para Carlos (2007), no lugar o homem percebe o mundo através de seu corpo e dos sentidos que ele constrói.

No lugar, o homem se apropria do espaço e do mundo, porque os experimentam no lugar. Para ela, “(...) o lugar é a porção do espaço apropriada para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos”. (p.17) A autora explica que a apropriação do homem pelo corpo significa que o homem se apropria do espaço através dos modos de uso. Dessa forma, ela diz que “(...) nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo”. (p.18)

Santos (1998) explica que numa situação em movimento, “(...) os atores não tem o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Portanto, se tomarmos apenas um momento, perdemos a noção do todo em movimento”. (p. 95) Dessa forma, também, alguns podem tem maior poder sobre o espaço que outros.

A ETR como um projeto que surge da vontade política foi imposta ao lugar, alterando a relação que os indivíduos de Honório Gurgel têm com o seu lugar. Assim, as políticas de uma sociedade heterônoma, bem como todos os códigos e leis são impostos à coletividade, para Souza (2003), a maioria por uma minoria, marcando também no espaço o que o autor chama de “uma assimetria estrutural de poder, ou seja, de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos”. (p. 174).

O discurso da sustentabilidade tem sido adicionado na formulação das políticas públicas, principalmente para tratar das questões urbanas. De acordo com Souza (2000), no desenvolvimento urbano sustentável, “a ideia força central passa a ser uma espécie de modernização combinada com proteção ambiental”.

Para Acselrad (1999) quando as políticas urbanas se mostram incapazes de “adaptarem as ofertas de serviços urbanos à quantidade e a qualidade das demandas sociais” (p. 85), tais políticas se apresentam como insustentáveis, por mais que preconizem sustentabilidade em seus objetivos *Stricto sensu*.

A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais se pode reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos. A erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços. O impacto material das políticas será, conseqüentemente, contestado, seja pelo ângulo do desperdício de meios, seja pelo da concentração socioterritorial dos benefícios (ACSELRAD, 1999, p. 86).

Rawls (1971) expõe que como as principais virtudes das ações humanas, a verdade e a justiça não podem estar sujeitas a compromissos. Com isso ele quer dizer que a justiça não pode permitir que a perda da liberdade de uns dê direito a um maior benefício dividido pelos outros. O autor ressalta que leis e instituições, “(...) por mais eficientes e engenhosas que sejam, deverão ser reformuladas ou abolidas se forem injustas”. (p.27)

Não se permite que o sacrifício imposto a uns poucos tenha ainda maior peso em decorrência de uma soma crescente de vantagens a serem compartilhadas por outros. Conseqüentemente, numa sociedade justa, as liberdades entre cidadãos são iguais à tomada como estabelecida; os direitos, sustentados pela justiça, não estão sujeitos à barganha política ou cálculo de interesses sociais. (...) a injustiça só é tolerável quando é necessário evitar injustiças ainda maiores (RAWLS, 1971, p. 27-28).

De fato, a discussão de Rawls (1971) pressupõe que um projeto não pode se desenvolver de forma injusta, afetando inclusive o bem-estar e a saúde de um coletivo. A reflexão se torna ainda mais complexa quando o projeto político parece estar acima do que reconhece como e justo em relação ao impacto sobre os grupos sociais. Nesse sentido, os projetos implementados pelo poder local têm se

mostrado insustentáveis, também no sentido de que não têm sido capazes de trazer justiça social, portanto não se apresentam de forma equitativa.

O mesmo autor (1986) evidencia que a concepção de justiça pode ser mais bem compreendida a partir dos seguintes princípios: primeiro toda e qualquer pessoa que participa de uma prática ou que se percebe afetada por esta, tem um direito que é equivalente a mais ampla liberdade e essa liberdade tem que simular a liberdade de todos.

Em segundo lugar, o autor ressalta que as desigualdades são arbitrárias a não ser que se possa razoavelmente esperar que resultem no benefício de todos. Para ele, os princípios da justiça podem, portanto, ser expressos em três ideais: “(...) liberdade, igualdade e recompensa por serviços que contribuam com o bem comum” (p. 19).

Em outubro de 2013, em reunião do grupo de moradores na promotoria, foram registradas novas e antigas denúncias ao promotor de justiça, que disse se sentir indignado com tamanho descaso do poder público, mas segundo relato da moradora que esteve presente na reunião, a senhora ‘F’, o promotor disse, após fechar a ata da reunião para enviá-la à análise judiciária, que “se sentia impotente, pois sabia que os poderes que mantêm o funcionamento dessa atividade estão infelizmente muito acima dele”.

3.3.3. Da resignação perceptível a autonomia necessária

É possível dizer que a manutenção da injustiça também tem lugar no que Sen (2010,1999) chama de fontes de privação de liberdade. Para eles, as principais fontes são “(...) pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos”. (p.18)

Das várias razões para a constituição dessas fontes, é importante ressaltar aqui, as restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. O autor destaca que um processo que objetive a liberdade como fator central no processo de desenvolvimento deve ter uma razão

avaliatória, no sentido de se debruçar constante mente sobre a avaliação visando identificar o aumento das liberdades das pessoas.

Uma outra razão é a da eficácia, onde o autor aponta que realizar o desenvolvimento é algo interdependente da promoção da livre condição de agente das pessoas. Sem explica que, a condição de agente é mais do que uma parte constitutiva do desenvolvimento, já que, contribui também “(...) para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres” (p. 18).

Além disso, as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições e por condições chamadas “habilitadoras”, como boa saúde, educação básica, influenciam diretamente o que as pessoas ditas ‘livres’ conseguem fazer.

O exercício da liberdade e da condição de agente, só é possível em uma sociedade onde os sujeitos são autônomos. Autonomia, conforme já tratado aqui, significa dar-se a sua própria lei, tomar nas mãos o próprio destino, ter liberdade política e sair de uma postura de paternalismo, de dar-se a tutela.

Souza (2006) aponta que mesmo não se tratando de um projeto perfeito, já que os sujeitos autônomos coletivos podem decidir tanto de forma benéfica quanto de forma prejudicial eles podem, contudo, exercitar-se na liberdade de decidir o seu próprio destino e assumir a responsabilidade por essas escolhas, em oposição à heteronomia, que significa uma alienação política por parte da população e que pode ter sido consentida, ou arrancada a força (p.70) ou até mesmo um misto das duas coisas.

O autor ainda lembra que a autonomia se desenvolve em dois viéses: o individual e o coletivo.

A autonomia individual tem a ver com a capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para a sua existência e persegui-los de modo lúdico em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes a mesma sociedade (...) A autonomia coletiva tem a ver com a presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva – e não apenas formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva (SOUZA, 2006, p. 70)

A participação popular favorece entre outras possibilidades o empoderamento dos cidadãos. Cabe observar a participação em sua consistência, pois existem graus de participação. E alguns são claramente uma falsa participação¹⁴⁸. O autor faz menção a discussão de Arnstein (1969) que elabora escadas de participação, destacando que nem todas correspondem uma participação verdadeira.

No caso da Ciclus, as escadas beiram muito mais a manipulação e a informação, de acordo com reflexão de Souza (2006), acerca do pensamento de Arnstein (1969). Na manipulação, a população é ludibriada a aceitar intervenções que não aceitariam se tivessem pleno conhecimento de causa. Souza explica que, no caso da manipulação

Ao nem sequer informar corretamente a população, fica patente que o Estado não tem amenos intenção de estabelecer um verdadeiro diálogo com os de cidadãos diretamente envolvidos, e muito menos criar ou valorizar canais de participação (SOUZA, 2006, p. 415).

O autor expõe que sutilmente diferente da manipulação, a informação sugere que o Estado disponibilize as informações a respeito dos projetos a serem recebidos pelos cidadãos. Dependendo da cultura política dos grupos e do quão transparente é o jogo político, as informações serão mais ou menos completas e confiáveis. Uma das características da forma inadequada com que a Ciclus trata dos impactos na região é o comentário do assessor da COMLURB, demonstrando que não pretende sequer estabelecer diálogo com a população atingida.

¹⁴⁸ Sobre escadas de participação, consultar: ARNSTEIN, Sherry R. (1969): Uma escada de participação / A ladder of citizen participation, *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, julho, PP.216-24;

Tabela 16: Sobre o que acreditam os moradores a respeito da participação.

| Questão 15 | |
|---|---|
| 15. Se você não acredita que a participação dos moradores faz diferença na melhoria das do bairro explique porque, e o que você acredita ser importante para melhorar a qualidade de vida no bairro. | |
| Entrevistada 1 | ----- |
| Entrevistada 2 | ----- |
| Entrevistado 3 | ----- |
| Entrevistado 4 | ----- |
| Entrevistada 5 | “A retirada urgente dessa empresa do nosso bairro. Sou moradora ha muitos anos, escolhi esse bairro para morar e não gostaria de sair”; |
| Entrevistado 6 | “Faz total diferença”. |

A pergunta acima objetivava a resposta, somente daqueles que não acreditam que a participação faça diferença na modificação da atividade da ETR. Embora todos os entrevistados tivessem dito que acreditam na participação, dois deles, os que mais focaram na importância da participação, parecem não ter entendido o objetivo da pergunta. Ou, tendo visto que mesmo tentando agir contra a atividade não obtiveram resultados, responderam no sentido de entender que, neste caso, a participação não fez diferença.

Sobre o que deve ser feito, a entrevistada diz que a solução deveria ser “A retirada urgente dessa empresa do nosso bairro. Sou moradora do bairro a muitos anos e não gostaria de ter que sair daqui”. A moradora tem a possibilidade de sair, mas quer ficar, ao contrário de um movimento que, embora não seja novo e nem restrito ao bairro é costumeiro no local.

Estamos acostumados a que a intervenção do cidadão sobre a transformação social se dê através de dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e, em menor escala, o eixo sindical-trabalhista. O primeiro tem como instrumento central a eleição de representantes, e como palco de luta o parlamento e as estruturas executivas do Governo. O segundo utiliza o instrumento que constitui a negociação empresarial e a greve, e tem como palco a empresa, visando a apropriação mais equilibrada do produto social. Penetrou muito pouco ainda na nossa consciência a importância de um terceiro eixo que surge com força, que tem como instrumento a organização comunitária, e como espaço de ação o bairro, o município, o chamado "espaço local", o espaço de moradia. De certa

forma, o cidadão que vive num bairro que não lhe agrada pensa em mudar de bairro, ou de cidade, mas não pensa muito na sua possibilidade e direito de intervir sobre o seu espaço de vida, de participar na criação de uma qualidade de vida melhor para si e para a sua família. (DOWBOR, 2008, p.7)

A citação acima foi considerada pertinente para expor, um movimento costumeiro em Honório Gurgel. É perceptível entre os moradores do bairro que conseguem ascender social e economicamente, o deslocamento em direção a localidades detentoras de maior infraestrutura de serviços, ou cujo ambiente possa proporcionar maior bem estar. As pessoas saem, buscando maior qualidade de vida.

Tal fato não é novidade, tão pouco privilégio em Honório Gurgel e pode ser observado, conforme reflexão de Dowbor (2008), em diversas regiões ou cidades do mundo. As pessoas que tem consciência dos tipos e da magnitude dos males que as empresas instaladas no local causam, optam por mudar-se do bairro no lugar de buscar melhorias, evitando entrar em embates com as empresas e órgãos públicos já consolidados.

Corroborando com essa observação, a fala de uma das entrevistadas, a senhora F (60 anos). Nascida e criada em Honório Gurgel com os oito irmãos, hoje somente ela e uma outra irmã permanecem no bairro. A cidadina conta que, todos os outros sete irmãos que assim como ela, tiveram a oportunidade de melhorar economicamente se dirigiram para bairros como Barra da Tijuca e Vila Isabel.

Ela conta que, embora tenha a possibilidade de sair do local, sempre gostou de viver em Honório Gurgel e nunca teve vontade de sair, mesmo com todos os problemas. Os irmãos contrários a sua escolha justificam a saída por não acreditar que um dia possam ocorrer melhorias efetivas em Honório Gurgel.

A moradora relata ainda que, mesmo tendo ficando muito indignada com o problema da Ciclus onde mora, ela ainda tem uma boa relação com o bairro, embora tenha se sentido decepcionado com a falta de união entre os moradores, que, para ela, era o principal ingrediente para modificar a situação e retirar o empreendimento do bairro.

O que pontua a entrevistada está associado à relação que esta possui com o lugar onde vive. Enquanto categoria analítica adequada à investigação empírica, o lugar pode ser discutido a partir do que Carlos (2007) entende como uma articulação contraditória entre o mundial e a especificidade histórica do particular, já que o lugar abriga em si significados e dimensões do momento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. (p.14)

Mas quando o indivíduo sente através do corpo, sensações que o prejudicam no lugar com o qual ele estabeleceu como seu espaço vivido, originado pela articulação com o mundial? Devemos lembrar, que os projetos que culminaram com o estabelecimento da Ciclus, advém de uma necessidade de modernizar a gestão dos resíduos sólidos afim de acompanhar o modo de gerir dos países de primeiro mundo.

Nesse sentido, o lugar se apresentaria, de acordo com o pensamento de Carlos (2007) como “(...) ponto de articulação entre mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento”. (p.14) Augé (1992, [2005]) aponta o lugar, enquanto espaço existencial, como o lócus de uma experiência de relação com o mundo de um ser essencialmente situado em relação com o meio (p.69).

Ocorre que no caso da Ciclus e os problemas na vida dos moradores de Honório Gurgel, essa articulação da experiência do vivido, com a elementos da mundialidade, resulta em contradições, capazes de transformar o lugar que antes era do acolhimento, no lugar da sensação do abandono ou da injustiça, que nesse caso vai se constituir como o ‘aparato’, que reforça a descrença na política institucional e na prática política cidadã, aliada ao baixo grau de cultura política.

Enquanto a autonomia individual e coletiva não atuarem de forma interdependentes, isto é, as instituições possibilitando espaços sustentáveis, no sentido de tornar efetivos os elementos da qualidade de vida: serviços sociais, como os educacionais e de segurança pública, segurança pública, bem estar ambiental, e abrindo efetivos canais de diálogo e participação política entre Estado e sociedade civil e por consequência os atores assumam o papel de sujeitos, se empoderando através da participação nas decisões que afetam os

grupos sociais nos lugares onde vivem, haverá descompasso entre os rumos das políticas públicas e a qualidade de vida da população.